

22 de novembro é dia de luta em defesa da Previdência

Trabalhadores e trabalhadoras, procurem o seu sindicato e se mobilizem em defesa da aposentadoria e dos seus direitos

Foto: Dino Santos



As centrais sindicais sempre estiveram nas ruas, em todo o Brasil, em defesa da Previdência e dos direitos sociais

Após as eleições, o debate da reforma da Previdência Social voltou com força diante das novas ameaças contra os nossos direitos.

As centrais sindicais iniciam agora uma ampla luta em defesa da aposentadoria e, como em abril de 2017 – na greve geral que mobilizou mais de 40 milhões de trabalhadores, alertam a população sobre as propostas perversas nesta transição dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

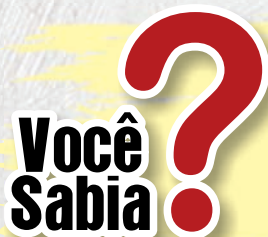
Querem acabar com sua aposentadoria!

Conseguimos barrar a reforma da Previdência na gestão de Temer, mas Bolsonaro já sinaliza suas reais intenções no próximo governo, que irão afetar toda a classe trabalhadora. É

neste sentido que as centrais sindicais lançam a **Campanha Permanente em Defesa da Previdência e Seguridade Social**.

Nossa luta é por uma Previdência

Social pública, universal, com um piso que não seja inferior ao salário mínimo, que acabe com os privilégios de alguns grupos e amplie a proteção social e os direitos.



Os devedores da Previdência são os grandes empresários, que acumularam uma dívida até 2015 de R\$ 374,9 bilhões, mais do que o dobro do suposto rombo (R\$ 149 bi) que o governo justifica para fazer a reforma. Somente com desonerações e renúncias foram mais de R\$ 283 bilhões que deixaram de entrar nos cofres da seguridade.

Campanha permanente em Defesa da
Previdência e Seguridade Social



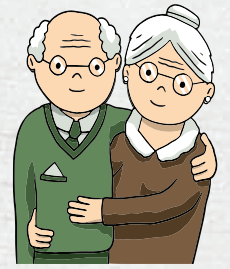
#Pública
#Igualitária
#ParaTodos
#ParaTodas



Querem deixar seu futuro na mão dos bancos



Antes mesmo de assumir o mandato, o presidente eleito Jair Bolsonaro já mostra a que veio. Ele e Paulo Guedes, que é o homem do mercado financeiro, têm interesses que a reforma da Previdência saia urgentemente. Sem diálogo com o povo, Bolsonaro e seus apoiadores defendem um modelo de capitalização (privado) com contas individuais, que substituiria o atual sistema de repartição, financiado de modo tripartite, ou seja, que conta com a participação do Estado, empresas e trabalhadores. Assim, bancos, seguradoras e até fundos de pensão de estatais irão administrar - da forma como acharem melhor - a poupança individual dos trabalhadores e trabalhadoras. Dadas as diferentes realidades, reformas foram aplicadas no Chile, México e Argentina há alguns anos e resultaram na falta de recursos para os mais pobres, gerando maior desigualdade social e uma crise profunda nesses países.



Entenda isso no Brasil

PREVIDÊNCIA PÚBLICA ATUAL

Quem contribui 35 anos com R\$ 76,32 recebe uma aposentadoria mensal de R\$ 954,00

PREVIDÊNCIA PRIVADA

Quem contribuir 35 anos com R\$ 76,32 receberá uma pensão mensal de R\$ 224,95

Fonte: DIEESE

Mundo afora



Chile: Em 1981, a ditadura de Pinochet adotou o modelo de capitalização, o mesmo que Bolsonaro quer para o Brasil. Sem proteção do Estado e nem aporte dos patrões, os trabalhadores tiveram que contribuir individualmente, tendo suas poupanças administradas por empresas privadas. O resultado foi trágico: hoje, trabalhadores que se aposentam* com R\$ 2.635 por exemplo, recebem entre R\$660 (mulheres) e R\$ 870 (homens). Isso significa que eles recebem a metade do salário mínimo chileno, numa condição desumana.

*Cálculo feito a partir de Dados da Superintendencia de Pensiones de Chile.



México: A reforma da Previdência no México foi adotada em 1997 com a mesma lógica da capitalização. Mas, como muitos trabalhadores não têm carteira assinada e não conseguem contribuir para a aposentadoria por conta dos baixos salários que recebem, certamente ficarão sem o benefício ao chegarem aos 65 anos, a idade mínima para se aposentar no México. Isso já ocorre atualmente com 77% dos idosos num país onde mais de 45% da população vive na extrema pobreza.

** Dados da reportagem da Carta Capital, de março de 2017.



Países como **Austrália, Áustria, Croácia, Suíça**, entre outros, adotam a diferenciação de idade entre homens e mulheres para se aposentar, pois eles entendem que as mulheres enfrentam condições desiguais ao longo da vida, como a dupla ou tripla jornada de trabalho.

Veja com quem a maldade será maior

Caso Bolsonaro siga as mesmas ideias da reforma da Previdência do governo Temer, saiba como isso afetará os trabalhadores



MULHERES: As mulheres têm o direito à aposentadoria diferenciada devido às condições que lhe são impostas na sociedade. Elas recebem menos; trabalham, em média, cinco horas a mais do que os homens; e são as principais responsáveis pela educação do filho. Bolsonaro já fez inúmeras declarações desconsiderando isso.



RURAIS: O debate sobre essa questão ainda está em aberto. Mas sabemos que uma proposta mais agressiva, como a que tem sido discutida por Bolsonaro e seus apoiadores no último período, pode mudar radicalmente as regras para os rurais, pois o novo governo pode aumentar o tempo de contribuição, a idade mínima ou, ainda, mudar a forma de contribuição desses trabalhadores. Se isso acontecer, a pobreza no campo aumentará, assim como a migração de trabalhadores/as, que buscarão oportunidade em outros lugares.



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Querem acabar com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que é pago às pessoas idosas e com deficiência de famílias pobres. Além de aumentar a idade para receber e diminuir o valor pago, sendo inferior ao salário mínimo.



PENSÃO POR MORTE: No caso das pensões, não será mais possível acumular pensão por morte e aposentadoria, considerando que a maioria das pessoas recebem apenas um salário mínimo por benefício. Terão de escolher um dos dois.



APOSENTADORIA ESPECIAL: Concedida aos trabalhadores que atuam em atividades prejudiciais à saúde, o benefício também pode sofrer mudanças. Hoje essa aposentadoria pode ser solicitada com 15, 20 ou 25 anos de contribuição, dependendo da função exercida. Muitos trabalhadores serão afetados com essas mudanças. Os professores, por exemplo, que exercem atividades penosas reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), também podem ser afetados radicalmente pelas novas regras.



SERVIDORES: Já foi feita uma reforma da Previdência para os servidores, quando já alterou a idade para acesso, mas querem arrochar, mais uma vez, as regras para os servidores federais e também os estaduais, já que os estados devem acompanhar a decisão da União.

